

RESOLUÇÃO GPGJ nº 1.716**DE 07 DE FEVEREIRO DE 2012**

Institui, no âmbito do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, o Programa de Localização e Identificação de Desaparecidos – PLID.

O **PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO a relevância social e jurídica do desaparecimento civil de pessoas adultas, crianças e adolescentes;

CONSIDERANDO o reconhecimento público e institucional que o Programa de Identificação de Vítimas – PIV obteve ao ser contemplado com a Menção Honrosa do VII Prêmio Inovare, bem como com o Prêmio Gestão de Excelência 2010 do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro;

CONSIDERANDO o que dispõe a Recomendação CSMP nº 5, de 8 de janeiro de 2009;

CONSIDERANDO o que dispõe o art. 1º da Lei 11.259, de 30 de dezembro de 2005, que introduziu o § 2º ao art. 208 do Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei 8.069/90;

CONSIDERANDO o teor da Resolução GPGJ n.º 1.369, de 25 de maio de 2007;

CONSIDERANDO as diretrizes do Conselho Nacional do Ministério Público no sentido de agilizar as investigações e julgamentos dos crimes de homicídio, o que torna necessário garantir a fiel identificação das vítimas;

CONSIDERANDO a necessidade da estrutura administrativa e funcional do Ministério Público adequar-se à crescente demanda de trabalho, permitido sejam devidamente atendidos os anseios institucionais e sociais;

CONSIDERANDO que a Constituição da República erigiu o Ministério Público à condição de Instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis; e

CONSIDERANDO, por fim, o que consta nos autos do Proc. MPRJ 2011.01222015,

RESOLVE

Art. 1º — Fica instituído, no âmbito da Procuradoria-Geral de Justiça, o Programa de Localização e Identificação de Desaparecidos, doravante denominado PLID.

Parágrafo único — O PLID terá abrangência em todo o Estado do Rio de Janeiro, permitida a criação de setores de atuação regionalizada ou especializada, conforme o interesse institucional.

Art. 2º — Incumbe ao PLID concentrar todos os registros e notícias de desaparecimento de pessoas e de encontro de cadáveres sem identificação em um banco de dados eletrônico, mantendo-se a documentação pertinente.

Art. 3º — O Programa de que trata esta Resolução será coordenado por um Membro do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, podendo dele participar Promotores de Justiça e servidores, designados por ato do Procurador-Geral de Justiça.

Parágrafo único — Ao Coordenador do PLID incumbe:

I — promover a integralidade e consistência do banco de dados;

II — apresentar ao Procurador-Geral de Justiça, quadrimestralmente, relatório de atividades;

III — zelar pela efetividade dos atendimentos prestados aos Membros do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro e à sociedade em geral;

IV — ampliar os canais de apoio, comunicação e parceria com a sociedade civil e demais órgãos públicos;

V — sugerir ao Procurador-Geral de Justiça a celebração dos convênios e acordos de cooperação que se fizerem necessários.

Art. 4º — Verificada a existência de procedimento em tramitação no Ministério Público que se relacione com o paradeiro ou a identidade buscada, serão prontamente comunicados os resultados obtidos ao Promotor de Justiça responsável.

Art. 5º — O PLID poderá ser aplicado nas situações disciplinadas pela Resolução GPGJ nº 1.693, de 7 de novembro de 2011.

Art. 6º — Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 07 de fevereiro de 2012.

Cláudio Soares Lopes
Procurador-Geral de Justiça